

ESTUDO EVOLUTIVO DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA : 1500 a 1975

207

ESTUDO EVOLUTIVO DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA : 1500 a 1975

Marilú Nascimento Pereira de Andrade

ESTUDO EVOLUTIVO DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA : 1500 a 1975

Marilú Nascimento Pereira de Andrade

Monografia apresentada à Coordenação
do V Curso de Atualização sobre Estu
do de Problemas Brasileiros.

Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Forum de Ciência e Cultura
1975

S U M Á R I O

1. Introdução
 2. Do Descobrimento à chegada dos Jesuitas - 1500 a 1549
 3. Da chegada à sua expulsão - 1549 a 1759
 4. Da expulsão ao seu retorno - 1759 a 1842
 5. Do retorno à República - 1842 a 1889
 6. Da República à Nova República - 1889 a 1930
 7. Da Nova República aos nossos dias - 1930 a 1975
 8. Conclusão
- Bibliografia
- Anexo

Agradecimento

A todos que colaboraram na realização desta monografia; ao Curso, pela oportunidade que nos concedeu para apresentá-la; e aos colegas, amigos e professores, que nos ajudaram e incentivaram.

ANDRADE, Marilú Nascimento Pereira de Estudo Evo-
lutivo da Educação Brasileira: 1500 a 1975. Rio
de Janeiro, 1975. 40 f. num.

A evolução da educação no Brasil de 1500 a 1975, apresentada através de uma linha de tempo detalhada, passando pelos fatos históricos, e históricos-educacionais marcantes e as diversas reformas que tanto atribularam esta evolução.

1. Introdução

Este trabalho surgiu da dificuldade de se obter na Faculdade subsídios mais completos sobre a evolução da educação brasileira. Seu objetivo principal é selecionar ao máximo fatos históricos-educacionais, desde o Descobrimento do Brasil até nossos dias, daí sua apresentação numa linha de tempo bastante significativa, em seis fases distintas:

1. Do Descobrimento do Brasil à chegada dos Jesuitas - fase praticamente nula pela inexistência de iniciativa.

2. Da chegada dos Jesuitas à sua expulsão - duzentos e dez anos de uma educação sem rede escolar específica, quase toda destinada à formação do clero para as colônias da Companhia de Navegação, que jamais conseguiu ultrapassar tres mil alunos, mas foi a única oportunidade escolar para a colônia de quase tres séculos de existência.

3. Da expulsão dos Jesuitas ao seu retorno - o início foi negativo, por causa do fechamento das escolas jesuíticas, mas, em compensação, com a vinda de D. João VI, o Brasil ganhou em dez anos o que não havia obtido em trezentos.

4. Do retorno dos Jesuitas à República 1889 - fase de grandes esperanças, mas sem uma participação muito ativa dos Jesuitas (não conseguiram reabrir todos os seus colégios). No entanto, houve grande reformulações educacionais, fundaram-se novos colégios públicos e particulares, procedeu-se ao primeiro levantamento sobre analfabetismo no País e marcou o seu final com o último pronunciamento do Imperador D. Pedro II.

5. Da República 1889 à Nova República 1930 - esta fase teve início com a criação do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, fundação de novas escolas, da primeira Universidade brasileira e as primeiras conferências sobre o ensino realizadas no País.

6. Da Nova República 1930 aos nossos dias 1975 - fase que assinalou a criação do Ministério da Educação e Saúde, aparecimento de quase todas as Universidades do País, as grandes reformas do ensino (Francisco Campos - 1931, Gustavo Campanema - 1942, Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1961, Reforma do Ensino Superior - 1965 e a Reforma Profissionalizante de 1º e 2º graus - e outras).

2. Do Descobrimento do Brasil à chegada dos Jesuítas - 1500 a 1549.

1500 - .Descobrimento do Brasil: Alguns padres que aqui chegaram com Pedro Álvares Cabral poderiam ter ficado e iniciado a colonização da Nova Terra, mas, poucos dias depois eles tomaram o rumo de outras terras - foi aí que o Brasil perdeu sua primeira oportunidade de iniciar uma educação intencional. Alguns autores falam da existência de Jesuítas e Franciscanos no Brasil entre 1505 e 1510, porém são citações muito vagas que a pesquisa histórica não comprova.

1538 - .Nesse ano é lançada a idéia de serem iniciadas missões ultramarinas da Companhia de Jesus, por D. Diogo Gouveia, idéia só concretizada a partir de 1549.

.Os Franciscanos mantinham um núcleo educacional organizado, onde se desenvolvia educação religiosa, moral e profissional com uma atuação sistemática e muitas vezes inintencional.

1545 - .Convento do Camo no Rio de Janeiro.

1549 - .Com a chegada de Tomé de Souza, governador-geral, com seis jesuítas em sua comitiva, inicia-se a educação jesuítica em solo brasileiro, duzentos anos de uma educação intencional, a primeira, com a fundação de uma escola que ensinava a ler, escrever e contar.

3. Da chegada dos Jesuitas à sua expulsão - 1549 a 1759.
- 1550 - .Fundação de dois colégios
 .Colégio dos Meninos, em Salvador, Bahia
 . Colégio de São Vicente, em São Paulo, que teve o primeiro professor oficial do Brasil.
- 1553 - .Criação da Província do Brasil, sendo o primeiro Provincial o Padre Manoel de Nóbrega.
 .Criação de um Curso de Letras, em Salvador, Bahia.
 .Chegada de José de Anchieta.
- 1556 - .O Colégio dos Meninos transforma-se em Instituto Canônico.
- 1560 - .Anchieta compõe: "Arte da gramática da língua mais usada na ~~costa~~ do Brasil", editada em 1595.
- 1564 - .Colégio do Salvador, na Bahia.
- 1571 - .Primeiros bacharéis com a láurea de mestres em Artes.
- 1575 - .Escola Real de Artes é equiparada à Escola de Artes portuguesa.
- 1576 - .Colégio de Olinda, em Recife, Pernambuco.
- 1586 - .A 3 de outubro os Beneditinos se instalam na ermida de Nossa Senhora do Ó, atual praça XV de Novembro.
- 1590 - .Inicia-se a construção do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro.
- 1592 - .O Brasil forma seus primeiros dezenove bacharéis em letras no Colégio da Bahia, com equivalência a qualquer Universidade das Américas e talvez da Europa, pois seus estudos eram muito profundos.
- 1599 - .O "Ratio-Studiorum" - plano educacional da Companhia de Jesus.
- 1608 - .Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro.

- 1614 - .Chegada do Padre Antonio Vieira com seis anos de idade; mais tarde, em 1935, ordena-se no Seminário da Bahia.
- 1623 - .Colégio Santo Alexandre, na Bahia.
- 1631 - .Colégio Santo ignácio, em São Paulo
- 1650 - .Convento Nossa Senhora da Penha, em Vitória, no Espírito Santo.
.Convento São Bernardino, em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.
- 1654 - .Colégio São Tiago, em Vitória, no Espírito Santo
- 1658 - .Iniciação da catequese na Ilha de Marajó, com a fundação da Aldeia de Joanes.
- 1674 - .Colégio Nossa Senhora da Boa Viagem, em Salvador na Bahia.
.Colégio Santa Clara de Taubaté, em São Paulo.
- 1678 - .Colégio Nossa Senhora do Ó, em Recife, Pernambuco.
- 1683 - .Colégio da Paraíba, na Paraíba.
- 1686 - .Seminário de Belém da Cachoeira.
- 1687 - .Seminário da Bahia com a única Biblioteca do Brasil.
- 1739 - .Seminário de São Joaquim, no Rio de Janeiro, futuro Colégio Pedro II.
- 1750 - .Seminário de Mariana.
- 1755 - .Primeiras escolas com características próprias de escolas, sala de aula, professores etc.
- 1759 - .Reforma Pombalina.

O Marques de Pombal expulsa os Jesuitas de Portugal e de suas Colônias, decisão considerada como a "destruição da educação em solo brasileiro", porque a base educacional era jesuítica, apesar dos Franciscanos e beneditinos continuarem.

11

Pombal era uma espécie de 1º Ministro de Portugal e seu objetivo era anticlerical e "desprofissionalizante". Para ele as escolas jesuíticas eram incompatíveis com a posição do Brasil (colônia). Foi uma lei drasticamente revolucionária, a única na História da Educação Brasileira.

4. Da expulsão dos Jesuitas ao seu retorno - 1759 a 1842
- 1773 - É iniciada a perseguição severa aos Jesuitas nas colônias.
- 1779 - Dados oficiais do ano indicavam setecentos e vinte escolas primárias em todo o País, públicas e privadas.
- 1782 - Lei de Pombal cria escolas nos vilarejos, mas essa determinação não saiu do papel.
- 1808 - Ano da verdadeira Descoberta do Brasil.
 .Chegada de D. João VI ao Brasil com toda sua corte primeiro março para a educação brasileira.
 .Academia de Marinha, no Rio de Janeiro.
 .Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro.
 .Academia Médico-cirúrgica na Bahia.
 .Fundação da Biblioteca Imperial, no Rio de Janeiro.
 .O primeiro jornal "Gazeta do Rio de Janeiro".
- 1809 - .Curso de Economia, na Bahia.
 .Começam os primeiros movimentos culturais brasileiros.
- 1810 - .Academia Real Militar.
 .Cursos Técnicos - comércio, agricultura e desenho
- 1812 - .Curso de Agricultura, na Bahia.
- 1814 - .Curso de Agricultura, no Rio de Janeiro
- 1816 - .Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.
 .Chegada da Missão Artística Francesa.
 .Fundação da Real Academia de Pintura, com cursos de Pintura, Escultura e Arquitetura.
- 1817 - .Curso de Química.
- 1818 - .Curso de Desenho Técnico.
- 1820 - O Colégio do Caraça é fundado pelos padres Lazaris

- tas, na serra de Caraça, em Minas Gerais, (existe uma dúvida se sua fundação é 1759 ou 1820).
- 1822 - .Independência do Brasil.
- 1823 - .Primeira lei educacional brasileira - Liberdade total para o ensino primário.
- 1824 - .A Constituição prevê no artigo 179, alíneas 32 e 33, o ensino primário gratuito, mas não traz referência à criação de Universidades.
- 1826 - .Escola Nacional de Belas artes, no Rio de Janeiro
- 1827 - .Cursos Jurídicos em São Paulo e Olinda.
.Lei Áurea da educação brasileira - Reforma Cônego Januário Barbosa - 15 de outubro de 1827, obrigando a instalação de escolas de primeiras letras nas vilas e cidades mais populosas.
- 1832 - .As escolas de medicina e cirurgia instaladas em 1808 transformaram-se em Faculdades de Medicina.
- 1834 - .A Reforma descentralizadora através do Ato Adicional de 12 de agosto, transfere ~~as~~ províncias o ensino primário e médio; só o ensino superior ficou sob a responsabilidade da União.
- 1835 - .Escola Normal de Niterói, primeira Escola Normal do Brasil.
- 1836 - .Escola Normal da Bahia.
.Liceu Provincial da Bahia, fundado em 19 de março.
- 1837 - .Fundação do Colégio Pedro II antigo Seminário (Colégio) Real de São Joaquim.
- 1838 - .Fundação do Instituto Histórico e Geográfico a 21 de outubro.
- 1841 - .Reformulação do Colégio Pedro II.

5. Do retorno dos Jesuitas à República - 1842 a 1889
- 1842 - .Retorno dos Jesuitas
.Liceu Paraibano
- 1844 - .Liceu do Ceará, primeira Academia de Letras do Brasil.
- 1845 - .Escola Normal do Ceará.
.Colégio de Desterro, em Santa Catarina. (Jesuitas).
- 1846 - .Escola Normal de São Paulo.
.Liceu de Taubaté, e
.Liceu de Curitiba.
- 1848 - .Fundação do Conservatório Nacional de Música.
- 1854 - .Reformulação no Ensino do Governo Central, capital do Império.
.O Governo toma a iniciativa de reformar o ensino na capital do Império, propondo a criação do ensino primário de 2º grau. A regulamentação da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte foi baixada com o Decreto nº 1331 A, de 17 de fevereiro de 1854, pelo Ministro do Império do Gabinete Paraná - Luiz Pereira do Couto Ferraz. Este ato criou a Inspetoria Geral de Instrução Primária, que dividiu o ensino em dois graus:
- 1º grau - Instrução Elementar, 2º grau - Instrução Superior. Essas iniciativas frutificaram também nas províncias, mas as escolas de 2º grau ficaram apenas no artigo da lei, por falta de pessoal qualificado. Somente em 1880 a capital do Império teve sua primeira Escola Normal, mantida e administrada pelos poderes públicos. O ensino secundário beneficiava pequena parcela da população que buscava instru-

ção superior.

.Reforma Couto Ferraz, Visconde de Bom Retiro, para o ensino médico.

1854 - .Criação do Conselho Diretor da Instrução Pública, para desenvolver e fiscalizar o Ensino Primário pelo decreto nº 3.331 A.

.Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant), no Rio de Janeiro

1855 - .Integração do Conservatório Nacional de Música à Academia Real de Artes.

1856 - .Liceu de Artes e Ofícios, fundado por Bithen-court da Silva, no Rio de Janeiro.

.Instituto dos Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro.

1857 - Colégio de Artes Mecânicas, no Rio Grande do Sul

1858 - .Fundação do Colégio de São Bento pelos Padres Beneditinos, no morro de São Bento, Rio de Janeiro.

1866 - .Colégio Brandão, em Cajazeiras, Paraíba.

1867 - .Levantamento Liberato Barroso, que mostrava: 107.483 matrículas nas escolas primárias para cerca de 1.200.000 pessoas consideradas aptas.

.Colégio São Luiz, em Itu, Província de S. Paulo.

1869 - .Existia apenas uma escola noturna para adultos, em São Bento, Maranhão.

1870 - . Reforma Paulino de Souza foi o primeiro golpe na estrutura do Colégio da Corte (Pedro II), que passou a habilitar e preparar seus alunos não apenas para os estudos superiores, como também para a vida; pretendeu o Ministro colocar o estabelecimento Oficial da Corte em condições de competir, em vantagem, ao lado dos estabelecimentos particulares no alistamento de candidatos às Academias.

.Manifesto de Campinas, de 3 de dezembro.

.Colégio Nossa Senhora da Conceição, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

1871 - Fundação da primeira escola americana, no Brasil, em São Paulo.

1873 - A reforma do Ministro João Alfredo Correia de Oliveira, com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos estudos secundários nas províncias e acesso aos cursos superiores; instalou nas capitais das províncias do Império novas bancas de exame gerais e preparatórios, medida que proliferou mas não contribuiu para o aprimoramento do ensino secundário. O sistema parcelado de aferição dos conhecimentos e as irregularidades de toda a ordem aceleraram o processo de fragmentação dos estudos secundários e o conduziram à sua total desmoralização. Em meados da década de 70, os estudos secundários religiosos particulares achavam-se quase que exclusivamente entregues a iniciativa particular. Só no Colégio Pedro II, cujo renome servia de chamariz, foram ainda mantidos os estudos organizados e particulares, mas por pouco tempo.

.Primeiros trabalhos para criação de Universidades

1875 - Primeiro levantamento sobre analfabetismo no Brasil.

	Alfabetizados	Não alfabetizados	Frequentes escola	Não frequentam escola
HOMENS	65.154	68.716	-	-
MULHERES	33.992	58.161	-	-
MENINOS 6 a 15 anos	-	-	5.788	16.449
MENINAS 6 a 15 anos	-	-	4.258	15.009

Fonte: Anais da Câmara dos Deputados, 1875, Apênd., s. 25 de maio de 1875, página 223.

- 1876 - .Escola de Minas de Ouro Preto é fundada a 12 de outubro
 .Criação da revista "Arquivos do Museu Nacional"
 .Abertura de Conferências e aulas públicas sobre Botânica, Zoologia, Antropologia e Fisiologia no Museu Nacional, por iniciativa de Ladislau Neto.
 .Chegada de 30.567 imigrantes ao Brasil.
- 1877 - .Existem 117 escolas noturnas para adultos.
 .Fundação do Observatório Imperial, no Rio de Janeiro.
- 1878 - .Reforma Leôncio de Carvalho, decreto nº 7.247, de 19 de abril
 .A reforma Leôncio de Carvalho consagra definitivamente a existência de estudos particulares, ao manter as matrículas avulsas e ao introduzir a frequência livre e os exames vagos no Externato do Colégio Pedro II.
 Diante da anarquia vigente no primeiro estabelecimento de ensino secundário no País, muitas vezes se ergueram na Congregação, na tribuna da câmara e na sede do governo pedindo a volta à primitiva organização do colégio.
- 1880 - .Fundação da Escola Normal da Corte, hoje Instituto de Educação.
 .Fundação do Mackenzie College, em São Paulo.
- 1881 - .Colégio Piracicabano para meninas, em Piracicaba, São Paulo.
- 1882 - .Primeiros pareceres de Rui Barbosa sobre os ensinos secundário e superior.
 .Relatório Rodolfo Dantas.
 A partir de 1870 a participação efetiva dos poderes gerais do desenvolvimento do ensino provincial vinha sendo insistentemente reclamada. O Ministro Rodolfo Dantas dizia em "O Estado" que o governo não tinha o direito de ser indiferente ao cultivo da inteligência popular. Não seria lícito ao governo cruzar os braços. Não lhe embargam o passo nesta direção as fraquezas descentralizadas do ato adicional. Os mais importantes projetos de reforma apresentados nos anos 70 e 80 pediam a colaboração do centro para elevação do ensino em todo o Império, mediante a criação nas províncias de estabelecimentos custeados pelos Poderes Provinciais e pela iniciativa particular. Tendia-se, mesmo, a reconhecer aos Poderes Gerais o direito de fixar diretrizes para instrução em todo o País. A tese, analisada formalmente em seus aspectos constitucionais pelo jurista maranhense Rodrigues de

de Souza, contava com o apoio daqueles que viam na instrução básica comum o mais poderoso elemento plasmador da consciência nacional.

Com exceção da liberdade de ensino, que não chegou a ser legalmente instituída no Município da Corte, mas que foi consagrada de fato, as demais reivindicações formuladas nos anos mencionados anteriormente não chegaram a se efetivar.

O Império legou portanto à República, juntamente com seus anseios, esperanças e planos irrealizados, uma grande tarefa a cumprir na campanha da Instrução Pública.

1883 - .Primeiro pareceres de Rui Barbosa sobre o Ensino Primário.

.Reuniu-se pela primeira vez na Corte do Conselho de Instrução. Formulam planos para o ensino no Brasil em todos os graus.

1885 - .Colégio Americano, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

1886 - .Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, na Província do Rio de Janeiro.

1888 - .Com a abolição da escravatura chega ao caos a mão de obra, mas é logo salva pela chegada de 133.253 imigrantes.

.Reforma Cotegeipe.

Diante da anarquia existente no primeiro estabelecimento de ensino secundário do País, todos pediam a volta à organização primitiva do Colégio Pedro II. Somente em 1888 foi que a reforma assinada pelo Barão de Cotegeipe deu o primeiro passo para a melhoria dos estudos em estabelecimentos oficiais da Corte; aboliram-se as matrículas avulsas, os exames vagos e a frequência livre no Colégio da Corte. Entre

tanto este apenas representava a primeira parte da tarefa, muito mais ampla e difícil: a reforma dos estudos secundários em todo o Império.

1889 - .Para cada 1.000 habitantes somente 18 alunos eram matriculados nas escolas primárias.

.Proclamação da República.

.Na sua última fala o Imperador sugere a criação de duas Universidades: uma no Norte e outra no Sul. Sugere também escolas técnicas profissionais de nível médio, adaptadas as conveniências locais.

.Primeira obra sobre História da Educação no Brasil intitulada "L'Instruction Publique au Brésil" de autoria de Pires de Almeida.

.Colégio Granbery, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

6. Da República à Nova República

1889 a 1930.

1890 - Criação do Pedagogium (Centro de Pesquisa e Aperfeiçoamento do Magistério)

.Colégio Americano de Taubaté, S. Paulo.

.O Decreto 510, de 22 de junho, fala sobre a gratuidade do ensino.

.A 19 de abril foi criado o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, que em 2 anos teve 5 ministros. Sua vida foi curta; até 1930 praticamente a educação não teve um ministério próprio e sim um departamento dentro do ministério da Justiça.

1891 - Colégio Mineiro de Juiz de Fora, Minas Gerais.

.Após a Proclamação da República coube a um de seus adeptos, Benjamin Constant, o ministério da Instrução. Nesse cargo, instituiu a reforma Positivista Benjamin Constant. O currículo estabelecido era estritamente positivista. A classificação das ciências de Augusto Conte era a própria ordem do currículo, dando-se tônica exagerada à Matemática: aritmética, álgebra elementar, geometria preliminar, trigonometria, geometria especial, geometria geral e seu complemento algébrico, cálculo diferencial e integral, mecânica celeste, física geral, mecânica geral, química geral, biologia, sociologia, moral, noções de direito pátrio e de economia política.

Comparando-se este currículo "idealista" com o parecer de Rui Barbosa, pode-se ter uma idéia aproximada do que é pragmático e teórico em matéria pedagógica.

Benjamin Constant percebeu que o exame de madure-

za é expressão do temor que as classes privilegia-
das têm da ascensão das massas. Epitácio Pessoa
difícil flogio depois os planos platônicos de Ben-
jamin Constant.

1892 - .Escola do Alto, Santa Teresa, Rio de Janeiro, que
funcionava no antigo Colégio Progresso.

.Colégio Americano - Fluminense.

.A lei de 20 de novembro transfere os poderes do
ensino primário e profissional.

1895 - .Colégio Americano de Petrópolis

1896 - .Criação de algumas escolas superiores em S. Pau-
lo.

1899 - .Colégio Metodista de Ribeirão Preto, S. Paulo.

1901 - .Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz,
Piracicaba, S. Paulo.

.Reforma Epitácio Pessoa.

É o autor da lei "adaptativa" que vem sempre de-
pois das grandes "reformas", corrigindo o idealis-
mo dos que não respeitam às duras realidades só-
cio - culturais. A partir deste movimento todas
as "reformas" começam a girar em torno do ensino
secundário. Dentro do ensino secundário o legisla-
dor concentrou-se, finalmente, nos célebres prepa-
ratórios.

Aparece no País a classe média com a destruição dos
"aristocratas" do Império e a decadência das casas
grandes, algumas camadas do povo sentiram que ha-
via oportunidade de elitizar-se, disposta a pagar
o preço do academismo.

Este é um momento histórico muito importante, pois
começa a estruturação do "sistema escolar brasileiro,
tendo como pivô o ensino secundário. Aparecem os exa-
mes seriados. Não é por amor a educação que os par-

celados são combatidos, mas por interesse dos empresários de educação. Precisamente aí se inicia a explosão do crescimento demográfico e o País começa a cair da monocultura colonial (pau-brasil, açúcar, café, algodão, gado etc.), dando os primeiros passos na direção da industrialização.

- 1902 - .Escola de Comércio Álvares Penteado, em S. Paulo.
 .Colégio São José, no Rio Comprido, Rio de Janeiro, fundado pelos Irmãos Maristas.
- 1903 - .Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, pelos Jesuitas
- 1905 - .Colégio Metodista Isabela Hendrix, em Belo Horizonte, Minas Gerais.
 .Escola Superior de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo.
- 1907 - .Colégio União, Uruguaiana, Rio Grande do Sul.
 .Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro
- 1908 - .Os Beneditinos fundam em S. Paulo uma Faculdade de Filosofia.
- 1910 - Instituto Ginásial, Passo Fundo, Rio Grande do Sul
 .Colégio Santo Antonio Maria Zaccaria, no Rio de Janeiro pela Ordem dos Barnabitas.
- 1911 - .Instalação de duas escolas profissionais em São Paulo.
 .Reforma Rivadavia Correa
 teve a duração de quatro anos. Constata-se o descompromisso total do poder público com relação à educação, a suspensão de qualquer tipo de fiscalização, a plena autonomia estadual, sem qualquer controle federal. Pelo número dos candidatos aos exames paralelos em 1906 (2.856 candidatos, dos quais metade no antigo Distrito Federal) pode-se

dizer que representava o "sistema" dentro do processo nacional. Os 850 que foram aprovados deveriam representar a matrícula na primeira série dos cursos superiores (onde deviam estar, provavelmente, cerca de 3.000 alunos).

O período tem muita semelhança com o que se seguiu à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, inclusive pela instalação de um Conselho Superior de Ensino, com plenos poderes, nos moldes de atual Conselho Federal de Educação.

A Lei Rivadávia Correa chamou-se Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República.

Foi época do amplo liberalismo em matéria de Educação.

1913 - Faculdade de Medicina de São Paulo.

1915 - Reforma Carlos Maximiliano.

Conhecida como operação punitiva contra o "descalabro" da Reforma Rivadávia Correa, tanto assim que a matrícula de novos alunos nos Institutos Federais de Ensino Superior baixou consideravelmente para regozijo público do Ministro. A "reforma" retomou vários pontos das "reformas" anteriores. Vestibular rigoroso - ensino disciplinarmente seriado, embora mais reduzido na duração - restrição à equiparação e proibição de reconhecimento das escolas particulares, tolerância dos preparatórios, agora em etapas anuais.

Maximiliano, contudo, liberalmente aceitava a diversificação das escolas oficiais equiparadas (estaduais) e a autonomia do Colégio Pedro II.

Como sempre acontece, a reforma da reforma pouco a pouco teve quebrada a sua rigidez "moralizadora" e abrandou-se o germanismo disciplinar

das medidas draconianas. A gripe de após guerra (espanhola) criou a possibilidade de exames por decreto e acesso à faculdade sem exame (1818/1819) recurso que institucionalizou-se para épocas de emergência.

Decaiu o ensino e começou-se a falar em Escola Normal Superior (Faculdade de Educação) o que mostra que os políticos reformadores já estavam assessorados por pedagogos.

Em vão se procuraria na história do sistema escolar norte-americano uma temática parecida. Lá o problema era sempre o de abrir novas escolas e melhorar os métodos de ensino, preocupação que nossos reformadores não tinham.

1917 - .Universidade Federal do Paraná, pela data de sua fundação, parece ser a primeira Universidade Brasileira, mas na verdade não era considerada como tal; seu regime jurídico é autarquia.

1918 - .Primeira Intervenção Federal no Ensino Primário.

1919 - .Escola de Artes e Ofícios Wenceslau Braz.
.Porto Alegre College, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

1920 - .O Censo de 1920, através de seus dados, traz novas idéias sobre educação; pela primeira vez toma-se consciência dos dados sobre analfabetismo, pois, o levantamento de 1875, feito pela Câmara dos Deputados, não foi divulgado.

.Criação da Universidade do Rio de Janeiro, pelo decreto nº 14.343 de 7 de setembro, do presidente Epitácio Pessoa e referendado pelo Ministro Alfredo Pinto, provocada pela vinda do Rei Alberto ao Brasil, pois o governo lhe queria dar o título

.tulo de "Doutor Honoris Causa",mas não havia U-
niversidadenno País;ela foi então criada somente
no papel.Nasceu da reunião de três faculdades:Di-
reito,particular,Medicina e Engenharia(Politécni-
ca);nesta primeira Universidade as três unidades
funcionavam isoladamente.Atualmente é a Universi-
dade Federal do Rio de Janeiro,autarquia em regi-
me especial.

.Tentativa de renovação do ensino por A.Sampaio
Dória,em São Paulo.

1921 - .Conferência Interestadual do Ensino Primário,em
12 de outubro,no Rio de Janeiro.

.Colégio Bennett,no Riode Janeiro,nasceu da fu-
são do Colégio Americano-Fluminense e o de Petró-
polis.

1922 - .Conferência do Ensino Secundário,no Rio de Janci-
ro.

.Fundação da revista "A educação",por José Augus-
to,jornalista e político riograndense do norte.

.Tentativa de renovação do ensino por Lourenço Fi-
lho,no Ceará.

.Colégio Centenário,em Santa Maria,Rio Grande do
Sul.

.Fundação do Instituto Hanemaniano,atual Escola
de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro,perten-
cente à FEFIBG.

1924 - .Associação Brasileira de Educação.

.Anísio Teixeira na Escola Parque,Bahia,faz uma
tentativa de renovação do ensino de 1924 a 1928.

É lançada a pedra fundamental do movimento "Esc-
la Nova",que surgiria em 1930.

1925 - Reforma Rocha Vaz,Decreto nº 17.782 A de 13 de

janeiro

É o "pacificador" da contenda entre as reformas Rivadávia e a Maximiliano.

Esta "reforma" constituiu-se numa "consolidação das leis do ensino e das opiniões dos responsáveis pela educação.

A "consolidação iria vigorar justamente no período em que estará em gestação a revolução de trinta (1925 a 1930)

A "reforma" pretende romper, definitivamente, com a idéia de preparatórios dos parcelados e implantar, definitivamente, o curso seriado de nível médio, como de discórdia desde o fim do Império. Quando o poder público resolveu, de fato, escolarizar bastou abrir escolas públicas, levando as escolas particulares à falência.

Fixa-se, definitivamente, o curso seriado, com provas durante o ano letivo, em 5 e 6 séries anuais; assim, finalmente, instala-se o ensino médio no País.

Daí para frente, as "reformas" ampliam sua área, tentando compreender todos os níveis de escolaridade, incluindo também o primário e o superior.

Em 1930 criou-se o Ministério da Educação, que passou a controlar o ensino até 1961, quando foi assinalada a Lei de Diretrizes e Bases.

A Educação Nacional nesse tempo girava em torno do ensino médio como hoje gira em torno do Ensino Superior.

1926 - Escola Profissional Paulo de Frontin, Rio de Janeiro.

.Carneiro Leão, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira tentam até 1935 renovar o ensino do Distrito

deral.

1927 - .Em Minas Gerais, Mário Casassanta e Francisco Campos também tentam reformular o ensino de 1927 a 1930.

.É criada em Minas Gerais, por iniciativa de Francisco Mendes Pimentel, nascendo do agrupamento das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia existentes em Belo Horizonte, a segunda Universidade Brasileira, por decreto de 7 de setembro, assinado pelo Presidente Antonio Carlos e referendado por Francisco Campos. Foi também, como a de 1920, uma Universidade no papel; autarquia.

.Projeto Francisco Campos.

1928 - .Fernando de Azevedo planeja e realiza a reforma do ensino no Distrito Federal

.Cursos populares noturnos

.Instituto Biológico de São Paulo, criado por iniciativa de Arthur Neiva.

.Instalação da Biblioteca de Educação, organizada por Lourenço Filho.

7. Da Nova República aos nossos dias - 1930 a 1975.

1930 - Criação do Ministério da Educação e Saúde, tendo como Ministro Francisco Campos.

.Movimento " Escola Nova ", tendo à frente Lourenço Filho, com a publicação do livro " Introdução ao Estudo da Escola Nova ".

1931 - Fundação de uma Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo, que lança uma série denominada " Atualidades Pedagógicas ".

.Reforma Francisco Campos - Decretos nº 19.851, de 11 de abril, e nº 19.890, de 18 de abril.

A Reforma Francisco Campos ganhou âmbito nacional reestruturando o Ensino Superior, com a elaboração do Estatuto das Universidades abrindo largas perspectivas para a formação de professores secundários e a cultura em geral. O Ensino Secundário passou a ter sete séries, sendo cinco de estudo básico e dois de propedêuticos, isto é, preparatórios para as futuras especializações. O ensino de línguas vivas foi renovado, introduzindo o método direto, e se estabeleceu a inspeção técnica subordinativa em três áreas: Letras, Ciências Matemáticas, Físicas e Químicas, Ciências Biológicas e Sociais. Com a Reforma abriu-se uma divisão em torno da política educacional brasileira: de um lado os reformadores (Escola Nova), defensores das teorias pedagógicas inspirados por Dewey, Claparede e Durkheim; de outro, os espiritualistas e cristãos, que combatiam o laicismo

das recentes teorias pedagógicas, procurando conciliar os novos métodos com os ideais do ca-
tolicismo. As facções perduram até 1937, ano em que adveio o Estado Novo, definindo uma outra linha de ação.

.Universidade do Estado da Guanabara, UEG, fundação de direito público.

1932 - .Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova denominado "A Reconstrução Educacional do Brasil".

1933 - .Código Educacional do Estado de São Paulo, Decreto nº 5.884, de 21 de abril, com administração do Professor Fernando de Azevedo.

1934 - .Fundação da Universidade de São Paulo, a 25 de janeiro, a primeira a ter espírito universitário e não somente a junção de faculdades que funcionam isoladas, é uma autarquia de regime especial.

.A Constituição de 34 diz que a orientação e as diretrizes dos sistemas educacionais dos estados é da competência da União.

1935 - .Universidade do Distrito Federal, fundada por Anísio Teixeira; funcionava no Instituto de Educação e foi fechada por motivos políticos. Seus alunos e professores deram mais tarde origem à Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro.

.Universidade de Porto Alegre, a primeira a ter uma Faculdade de Estudos Sociais.

1936 - .Criação do INCE, Instituto Nacional do Cinema Educativo.

1937 - .O Instituto Cairu transforma-se, pelo Decreto-Lei nº 93, de 31 de dezembro, no Instituto Na-

.cional do Livro.

.A Constituição de 1937 centraliza e unifica a educação pelo Estado.

.A Faculdade Nacional de Filosofia é criada pelo Decreto nº 452, de 5 de julho, sendo contrata - dos professores estrangeiros.

.A Universidade do Rio de Janeiro, com o Estado Novo, passa a se chamar Universidade do Brasil pelo decreto acima citado.

.A primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil é criada na Biblioteca Pública do Estado de São Paulo.

1938 - .Fundação do INEP pelo Decreto-~~Lei~~ nº 580, de 30 de julho.

.Pelo Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro, cons - tuiu-se a Comissão Nacional do Ensino Primário.

.Criação do Instituto Brasil-Estados Unidos, IBEU.

1939 - .Através da guerra o Brasil recebeu influência das idéias norte-americanas no movimento de re - novação educacional.

1941 - .Lei Orgânica do Ensino Industrial.

1942 - .É criada por Decreto de 30 de janeiro a Escola Técnica Nacional.

.Decreto nº 4.048 funda o SENAI ,Serviço Nacio - nal de Aprendizagem Industrial, à 22 de janeiro.

.Reforma Gustavo Capanema.

Um novo marco no Ministério da Educação e Saúde foi assinalado pela gestão de 11 anos, de Gusta - vo Capanema. Sua Reforma visava a formação inte - gral da personalidade do educando e a modificaçã - ção do ensino secundário, que foi dividido em dois ciclos:

- ginásial.
- clássico e científico.

O primeiro (ginásial) em quatro anos e comum para todos; com essa providência foram atendidas as duas tendências assinaladas no espírito dos adolescentes, chamados à formação clássica ou humanística (curso clássico) e a científica ou realística (curso científico). Assim se manteve o ensino até a Constituição de 1946, que determinou as Diretrizes e Bases como um novo esquema educacional, representado 18 anos mais tarde pela atuação da LDB.

- 1943 - .Reforma do Ensino Comercial, pelo Decreto nº 14.373, que regulamenta a estrutura dos cursos de formação desse ensino.
- 1944 - .É instituída a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 6.155, de 30 de dezembro, tendo como base o curso de agricultura fundado no Rio de Janeiro em 1814; autarquia em regime especial.
- 1945 - .Carta Brasileira de Educação Democrática.
.Fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; instituição de direito privado.
- 1946 - .Fundação do SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
.Universidade Federal de Pernambuco; autarquia.
.Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; instituição de direito privado.
.Universidade Federal da Bahia; autarquia.
.Fundação do SESI, Serviço Social da Indústria, criado pelo Decreto nº 9.403, de 25 de junho.
.Fundação do SESC, Serviço Social do Comércio ,

- criado pelo Decreto nº 9.853, de 13 de setembro.
 .Lei Orgânica do Ensino Agrícola.
- 1947 - .Através do primeiro Movimento para Educação de Adultos, abriram-se 11.945 escolas para adultos com 609.996 alunos matriculados e 213.749 aprovações.
 .Lei Orgânica do Ensino Normal.
- 1948 - .Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
 .Universidade Federal de Viçosa; fundação de direito público.
 .Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; instituição de direito privado.
- 1949 - .Seminário Interamericano de Educação de Adultos
 .É adiado o estudo do Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
 .O Instituto dos Surdos-Mudos de 1856 passa a Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, do MEC.
- 1950 - .Lei nº 1.254 define o sistema educacional federal de ensino superior no qual se englobavam os estabelecimentos mantidos pela União.
- 1951 - .Fundação da CAPES, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior.
 .Andamento do Projeto da LDBEN no Congresso.
 .Conselho Nacional de Pesquisas.
 .Universidade Católica de Pernambuco; instituição de direito privado.
- 1952 - .Foi criada no Congresso uma comissão para estudar o Projeto da LDBEN.
 .Universidade do Maranhão; fundação de direito público.
 .Campanha Nacional de Educação Rural.

- .Universidade Mackenzie; instituição de direito privado.
- 1953 - .Lei nº 1.821, de 16 de março, Equivalência dos Cur
sos Técnicos ao ginásio e ao colegial.
- 1954 - .Projeto Nestor Jost, Reforma do Ensino Secundário
.Universidade Mineira de Arte; instituição de di-
reito privado.
.Criação das Inspetorias Seccionais.
.Universidade Federal Rural de Pernambuco; autar-
quia.
.Projeto Carlos Lacerda para a Lei de Diretrizes
e Bases da Educação Nacional.
.Instituto Tecnológico de Aeronáutica, ITA, em São
José dos Campos, São Paulo.
- 1955 - .Museu Nacional de Belas Artes.
.Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB.
.Fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educa-
cionais, CBPE.
.Universidade Federal da Paraíba, autarquia.
.O Projeto da LDBEN toma o nº 419 / 55.
.Universidade Católica de Campinas; instituição de
direito privado.
.Universidade Federal do Ceará; autarquia.
- 1956 - .Semana Nacional do Livro.
- 1957 - .O Projeto da LDBEN recebe o nº 2.222 - C.
.Universidade Federal do Pará; autarquia em regi-
me especial.
.Campanha Nacional de Educação de Surdos.
- 1958 - .Substitutivo Ministerial sobre a LDBEN.
.Universidade Federal do Rio Grande do Norte; au-
tarquia de regime especial.
Campanha de Reabilitação de Deficientes Visuais.

- .Universidade Católica de Minas Gerais; instituição de direito privado.
- 1959 - .Reforma do Ensino Industrial.
- .Através da CAPES são feitos os primeiros contatos entre especialistas em educação nacionais e estrangeiros.
- .Universidade Católica de Goiás; instituição de direito privado.
- .Universidade Federal de Juíz de Forá; autarquia.
- .Universidade Federal de Santa Catarina; autarquia.
- .Universidade Federal de São Carlos; fundação de direito público.
- .Universidade Católica do Paraná; instituição de direito privado.
- .Universidade Federal de Goiás; autarquia de regime especial.
- .Campanha de Rádiodifusão Educativa.
- 1961 - .Lei nº 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é promulgada.
- .Universidade Federal do Espírito Santo; autarquia de regime especial.
- .Universidade Federal de Santa Maria; autarquia.
- .Universidade Federal Fluminense; autarquia.
- .Universidade Católica de Petrópolis; instituição de direito privado.
- .Universidade Federal de Alagoas; autarquia.
- .Universidade Católica de Salvador; instituição de direito privado.
- .Criação do Conselho Federal de Cultura, com o nome de Conselho Nacional de Cultura.
- 1962 - .Universidade de Brasília; a primeira Universidade a criar os Institutos Centrais com dois anos de ci

- clo básico, vestibular comum a todas as faculdades, segundo modelo das Universidades estrangeiras, dedicando-se ao ensino e à formação de pesquisadores; fundação de direito público.
- .Instalação dos Conselhos de Educação.
 - .Perda da iniciativa administrativa do MEC.
 - .Universidade do Amazonas; fundação de direito público.
- 1963 - .Elaboração do Plano Nacional de Educação, do Conselho Federal de Educação.
- .Criação do PIPMO, Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra, em obediência ao Decreto nº 53.324, de 18 de outubro.
- 1964 - .Lei nº 4.040, Salário Educação.
- .Reestruturação do MEC, 1964 a 1971.
 - .Censo Escolar.
 - .Universidade Estadual de Campinas; autarquia de regime especial.
- 1965 - .Lei nº 4.540, Reforma do Ensino Superior.
- .Universidade Norte-Mineira; fundação de direito público.
- 1966 - .Universidade de Itaúna; fundação de direito privado.
- .Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina;
- 1967 - .Universidade Municipal de Taubaté; autarquia.
- .Universidade Federal de Sergipe; fundação de direito público.
 - .Universidade de Caxias do Sul; associação de direito privado.
 - .Universidade de Passo Fundo; fundação de direito privado.
 - .Universidade Católica de Pelotas; instituição de

- direito privado.
- .Universidade Regional do Noroeste; fundação de direito privado.
 - .Início das atividades regulares do MOBRAF, pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro.
 - .Projeto Rondon, em julho, nasceu da atuação de 27 estudantes do antigo Estado da Guanabara, no Território de Rondônia.
- 1968 - .Universidade Regional do Rio Grande do Norte;
- .Reorganização da FNAME.
 - .Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa, INDEP.
 - .Universidade Federal do Piauí; fundação de direito público.
 - .Universidade Regional de Blumenau; fundação de direito público.
- 1969 - .Universidade de Uberlândia; fundação de direito privado.
- .Universidade de Rio Grande; fundação de direito privado.
 - .Universidade Federal de Pelotas; fundação de direito público.
 - .Universidade do Vale do Rio dos Sinos; instituição de direito privado.
 - .Fundação da Universidade do Planalto Catarinense; fundação de direito público.
 - .Universidade Federal de Ouro Preto; fundação de direito público.
 - .Decreto nº 869, de 12 de setembro; Obrigatoriedade de Ensino da Educação Moral e Cívica nos 1º e 2º graus e Problemas Brasileiros no 3º grau.
- 1970 - .Universidade Estadual de Londrina; fundação de

direito público.

.Universidade Federal de Mato Grosso; fundação de direito público.

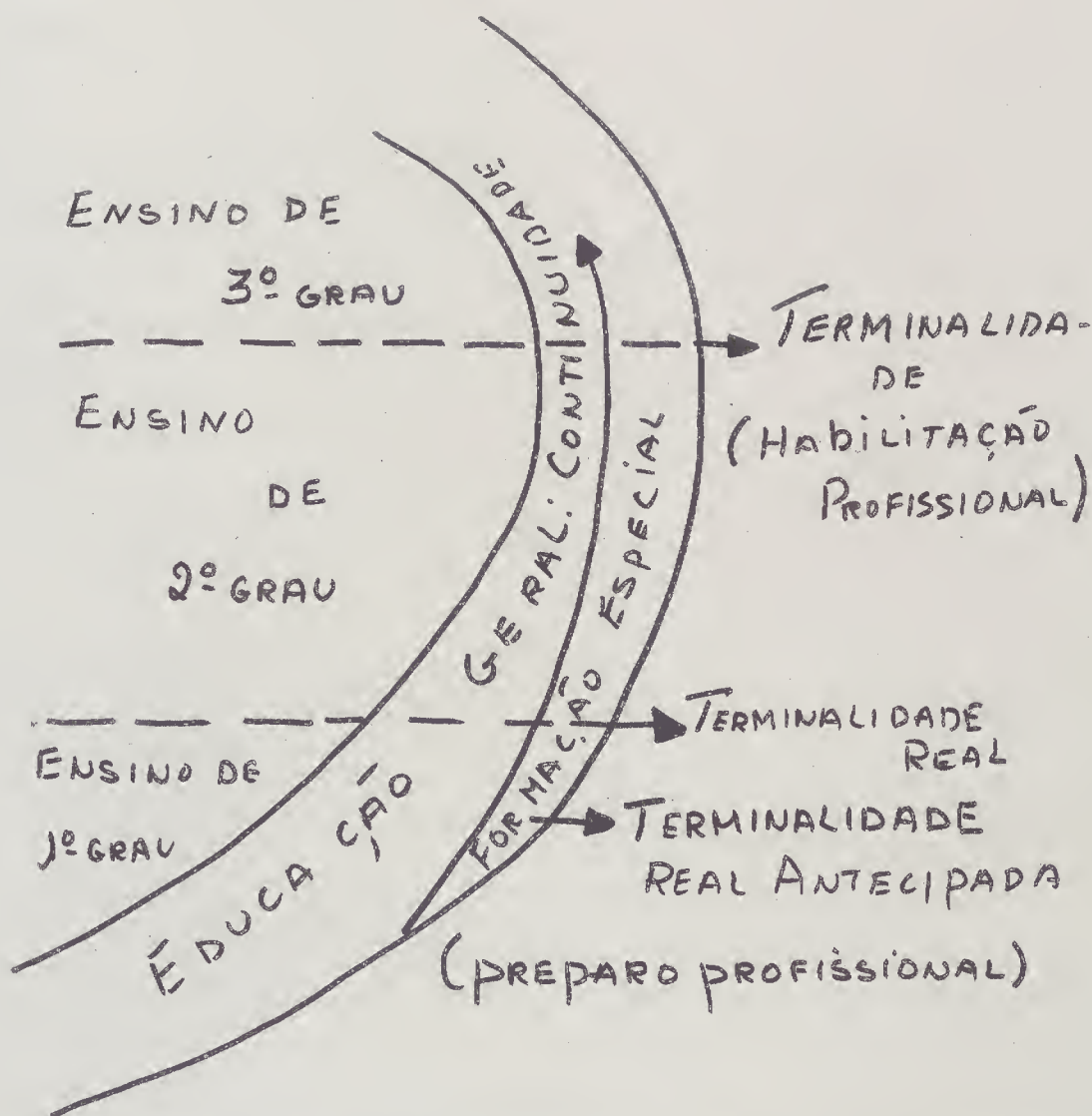
.Universidade Estadual de Maringá; fundação de direito público.

.Universidade Estadual de Mato Grosso; autarquia.

.Universidade Estadual de Ponta Grossa; fundação de direito público.

.Universidade de Tecnologia e de Ciências de Minas Gerais; fundação de direito público.

- 1971 - .Parecer 853/71 do CFE, que fixa o Núcleo Comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, e a doutrina do currículo da Lei nº 5.692 /71.
- .Criação do Curso de Atualização sobre Estudo de Problemas Brasileiros, pelo Forum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por sugestão do ex-Reitor Pedro Calmon na reunião de setembro de 1969 do Conselho Diretor do Forum de Ciência e Cultura, para preparar inicialmente coordenadores da disciplina Problemas Brasileiros; mais tarde preparar professores da referida disciplina, em face do Decreto 869 /69.
- .Fim da reestruturação administrativa do MEC.
- .Lei nº 5.692 / 71 , de 11 de agosto :Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, profissionalizante, dando até a 4ª série do 1º grau, uma sondagem de aptidões, com uma Terminalidade Real Antecipada (preparo profissional); da 4ª à 8ª série do 1º grau, uma Terminalidade Real; no fim do 2º grau uma Terminalidade com uma Habilitação Profissional, dando margem a que o aluno que não possa continuar tenha uma habilitação.



FONTE: Série Ensino Fundamental, volume 5, A escola de 1º grau e o currículo, 2ª parte, Formação Especial, MEC, julho de 1972.

1972 - .Universidade Gama Filho, instituição de direito privado.

.Criação do Programa Nacional de Teleducação, PRONTEL.

.Parecer 45 /72 do CFE, fixa os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins no Ensino de 2º grau.

1975 - .Projeto Álvaro Valle para reformulação da Lei.

5.692 / 7L.

- .Pelo Decreto-Lei Estadual nº 67, de 11 de abril, a antiga Universidade do Estado da Guanabara, UEG, passa a ser Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.
- .Transformação da Associação Universitária Santa Úrsula, AUSU, em Universidade Santa Úrsula, prevista para julho.

8. Conclusão

Nesta linha de tempo observa-se que o Brasil procurou intensamente um modelo próprio para a educação - especialmente a partir de 1808 - tendo em vista os grandes obstáculos oferecidos por sua composição geográfica, política, econômica e social.

Após permanecer praticamente estagnada durante 300 anos, houve como que uma onda interminável de tentativas para o encontro do ideal educacional, a maioria das quais, sem qualquer planejamento resultaram inúteis e muitas vezes prejudiciais ao desenvolvimento do ensino no País.

É um fato que se constata até nos dias atuais: constantes reformas reformando reformas, antes mesmo de serem instaladas.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ANTUNHA, Heladio C. Gonçalves. A educação brasileira no período republicano. In: BREJON, Moisés, ed. Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus. 3. ed. São Paulo, Pioneira [197-?]]
- 2 - AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura. In: . A cultura brasileira. Rio de Janeiro, IBGE, 1943. v.1, pt. 3, p. 289-457.
- 3 - BITTENCOURT, Raul. A educação brasileira no Império e na República. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 15(49):41-76, 1954.
- 4 - CALMON, Pedro. História da civilização brasileira. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1959. 277 p.
- 5 - EDUCAÇÃO: emendas à 5692 esvaziadas por veto parcial. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 maio 1975. p. 21.
- 6 - EDUCAÇÃO: passa na Comissão o projeto que muda a lei de reforma de ensino. O Globo, Rio de Janeiro, 9 maio 1975. p. 12, 1. cad.
- 7 - HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. A instrução popular no Brasil, antes da república. In: BREJON, Moisés, ed. Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus. 3. ed. São Paulo, Pioneira [197-?]] pt. 1, cap. 3, p. 37-51.
- 8 - KENNEDY, James. Cinquenta anos de metodismo no Brasil. São Paulo, Impr. Metodista, 1928.
- 9 - LIMA, Lauro Oliveira. Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro, Ed. Brasília, 1974.

- 10 - MATOS, Luiz Alves de. Primórdios da educação no Brasil - o período heroico (1549-1570) Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1967.
- 11 - MOACIR, Primitivo. A instrução e o Império. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1936-38. 3 v.
- 12 - _____. A instrução e a República. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1941-
- 13 - PAIVA, Vanildo Pereira. Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo, Ed. Loyola, 1973.
- 14 - PRADO, Lourenço de Almeida. 14 séculos na educação. Revista de Educação, Brasília, 1(2):86-93, 1971.
- 15 - TEIXEIRA, Anísio. Estado atual da educação - a educação brasileira de 1914 a 1960. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 39(89):8-16, 1963.
- 16 - TORRES, Dalva Veiga. Escola primária nos primeiros tempos da República. Rio de Janeiro, Inst. Educação, CFPEN, 1971. 2 f. num.
- 17 - _____. Evolução da escola primária. Rio de Janeiro, Inst. Educação, CFPEN, 1971. 4 f. num.
- 18 - VENANCIO FILHO, F. Fontes para a história da educação no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 6(15):369-74, 1945.
- 19 - VIANA, Helio. Educação no Brasil colonial. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 7(18):372-92, 1946.

SIGLAS UTILIZADAS NO TRABALHO

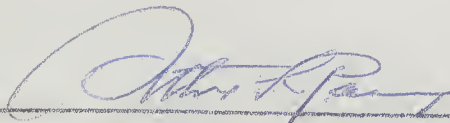
- AUSU - Associação Universitária Santa Úrsula.
- CAPEB - Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior.
- CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- CEE - Conselho Estadual de Educação.
- CFC - Conselho Federal de Cultura.
- CFE - Conselho Federal de Educação.
- CNC - Conselho Nacional de Cultura.
- CNP - Conselho Nacional de Pesquisas.
- ETN - Escola Técnica Nacional.
- FCC - Forum de Ciência e Cultura.
- FEFIEG - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara.
- FNAME - Fundação Nacional do Material Escolar.
- IBEU - Instituto Brasil-Estados Unidos.
- INCE - Instituto Nacional do Cinema Educativo.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- INDEP - Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa.
- INL - Instituto Nacional do Livro.
- ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica.
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases.
- LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC - Ministério da Educação e Cultura.
- MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.
- PIPMO - Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra.
- PRONTEL - Programa Nacional de Teleeducação.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem **Comercial**.
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem **Industrial**.
SESC - Serviço Social do Comércio.
SESI - Serviço Social da Indústria.
UEG - Universidade do Estado da Guanabara.
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
USP - Universidade de São Paulo.

Estudo Evolutivo da Educação Brasileira: 1500/1975

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, fevereiro de 1975



ATHOS DA SILVEIRA RAMOS

